A PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR COMO LENTE TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA OS ESTUDOS DE INOVAÇÃO SOCIAL

SIMONE BOCHI DORNELES[1];
HELENA KUERTEN DE SALLES UGLIONE [2]

[1]Instituto Federal Farroupilha- Campus São Vicente do Sul1 – simone.dorneles@iffarroupilha.edu.br
[2]Universidade Federal de Santa Catarina) - helena.salles@ufsc.br

Resumo

Nos estudos sobre inovação social, predominam abordagens que privilegiam dimensões estruturais em detrimento da análise dos processos sociais pelos quais atores concretos constroem, negociam e transformam iniciativas inovadoras. Este artigo propõe a Perspectiva Orientada ao Ator (POA), desenvolvida por Norman Long e pesquisadores da Wageningen University no campo do desenvolvimento rural, como lente teórico-metodológica capaz de suprir essa lacuna. Ao deslocar o foco das estruturas para interfaces, arenas de negociação e estratégias dos atores, a POA permite compreensão mais processual e situada da inovação social. O artigo foi desenvolvido como estudo teórico a partir de artigos e livros pesquisados nas bases Scopus, Web of Science e Google Scholar. A relevância da perspectiva foi ilustrada, de forma exploratória, a partir do campo empírico da reciclagem de materiais realizada por associações de catadores e catadoras, universo que as autoras acompanham há mais de duas décadas. O estudo traz importantes reflexões comprovando as contribuições que a POA traz para o campo de estudos de Inovação Social.
Palavras-chave: Inovação social; Perspectiva orientada ao ator; epstemologia.

1. Introdução

Nos estudos sobre inovação social, predominam abordagens que privilegiam dimensões estruturais (como arranjos institucionais, políticas públicas ou modelos de governança) em detrimento da análise dos processos sociais pelos quais atores concretos constroem, negociam e transformam iniciativas inovadoras. Este artigo propõe a Perspectiva Orientada ao Ator (POA), desenvolvida por Norman Long (e demais pesquisadores ligados a Wageningen University) no campo do desenvolvimento rural, como uma lente teórico-metodológica capaz de suprir essa lacuna. Ao deslocar o foco das estruturas para as interfaces, arenas de negociação e estratégias dos atores, a POA permite uma compreensão mais processual e situada da inovação social. A Perspectiva Orientada ao Ator (POA) surgiu com o propósito de ampliar o escopo dos estudos sobre desenvolvimento rural, ao reconhecer que os contextos de implementação dos projetos se distinguem por sua complexidade.

A inovação social (IS) tem conquistado crescente visibilidade no campo acadêmico, sobretudo a partir dos anos 2000, em razão de seu potencial para enfrentar desafios sociais prementes e contribuir para a melhoria do bem-estar coletivo. Um período marcante para a área foi o ano de 2010, quando houve um aumento significativo no número de artigos publicados,

decorrente da edição especial sobre inovação social no International Journal of Technology Management. Agostini et al. (2017) analisaram a base metodológica de artigos da área: de 28 artigos analisados, 10 eram ensaios teóricos, 18 eram teórico-empíricos, sendo 14 estudos de caso com abordagem qualitativa e 4 exploratórios. Apenas dois artigos tentaram construir ou propor um conceito ou estrutura (Agostini et al., 2017).

Outros pesquisadores chegaram a constatações similares (Moulaert et al., 2017; Howaldt; Kaletka; Schröder, 2021), concluindo que, nas investigações que buscam a compreensão do fenômeno da inovação social, foram utilizados aportes metodológicos distintos, com predominância de estudos de caso, empregando como técnicas de pesquisa a observação participante, a pesquisa documental e surveys. Há também um número significativo de estudos bibliométricos.

Corroborando essa predominância de estudos de caso, Mulgan (2007) destaca a atuação dos centros de pesquisa e dos trabalhos desenvolvidos pelas universidades. Segundo ele, houve muitos estudos de caso de inovações sociais em diferentes campos. No entanto, critica o autor, tais estudos se concentraram em casos individuais, em lugar de investigar padrões comuns ou agregar aprendizados. Mulgan (2007) acredita que esses estudos não forneceram modelos amplamente reconhecidos ou insights práticos suficientes para os profissionais. Segundo ele, a qualidade do trabalho teórico nesse campo tem sido baixa, com pouco progresso desde o trabalho pioneiro na década de 1980 nas universidades de Manchester e Sussex.

Mais tarde, outros estudos apontaram também para a necessidade de abordar as questões metodológicas, como o trabalho de Patias et al. (2017), que recomendou aos futuros pesquisadores que abordassem novos paradigmas metodológicos e conceituais, visando ao fortalecimento da inovação social como campo de pesquisa. Na mesma perspectiva, ao tratar sobre a natureza multidisciplinar da pesquisa em inovação social, Domanski e Kaletka (2016) argumentam que essa característica potencializa o desenvolvimento de outras perspectivas de pesquisa que podem ajudar a avançar em direção a novas respostas aos desafios sociais. Importante destacar que essas novas perspectivas podem, em adição, facilitar o surgimento de novas abordagens para a prática da inovação social (Howaldt, Kaletka e Schröder, 2021).

As perspectivas orientadas ao ator vêm ganhando espaço nesse campo de investigação e têm se mostrado úteis para analisar como se dá a agência dos atores sociais. No entanto, não foram encontradas publicações que utilizem a perspectiva orientada ao ator no campo da inovação social. Após uma busca nas principais bases de dados (Scopus, Web of Science, Google Scholar) utilizando os termos "social innovation" AND "actor-oriented approach", foi encontrado apenas um artigo, intitulado "Revealing the social face of innovation", de autoria de Hart, Ramoroka, Jacobs e Letty (2015). O documento não utiliza a perspectiva orientada ao ator no estudo, mas sugere o seu uso como uma abordagem necessária para compreender melhor os desafios e dinâmicas sociais que influenciam as práticas de inovação social.

Como qualquer abordagem de pesquisa emergente, o campo da inovação social pode se desenvolver em uma perspectiva teórico-metodológica claramente definida, porém restrita, ou evoluir para um programa de pesquisa aberto e versátil, em busca constante da expansão de seus limites. Ao explicitar e detalhar essa perspectiva alternativa sobre inovação social, ensejamos contribuir para a expansão e o desenvolvimento desse campo de pesquisa.

Nesse sentido, faz-se relevante adotar uma abordagem cujo foco recai sobre os atores, seus contextos e suas interações - perspectiva que permite captar a complexidade, os significados e as mediações socioculturais envolvidos na construção e na sustentabilidade de processos de inovação social.

Compreendendo-se a importância de ampliar o arcabouço metodológico para os estudos no campo das inovações sociais, pretende-se analisar a Perspectiva Orientada ao Ator (POA), apresentando seus principais conceitos e aplicando-os às investigações sobre inovação social.

O presente artigo foi desenvolvido como um estudo teórico a partir de artigos, livros relacionados aos temas propostos, para tal foram pesquisas as principais bases de dados de artigos científicos com Scopus, Web of Science, Google scholar.

O artigo está estruturado da seguinte forma: após a introdução, segue-se com uma seção na qual traçamos o percurso conceitual da inovação social e os desafios metodológicos do campo, apresentando as lacunas identificadas, após, então passamos à POA com seus principais conceitos e construindo uma aproximação analítica, na sequência apresentamos as considerações finais e a sugestão de estudos futuros,

2. Inovação social: percursos conceituais e desafios metodológicos

Nessa seção apresentaremos a evolução do conceito de inovação social, na sequência trataremos das principais tradições de pesquisa e suas opções metodológicas, a seção culminará com a análise das lacunas identificadas, especialmente no tocante a questão da agência e da análise processual.

Ao escrever o prefácio de New Frontiers in Social Innovation Research, Mulgan (2015) observa que grande parte da discussão sobre inovação social é vaga, com múltiplas definições concorrentes que transitam desde o estudo de organizações sem fins lucrativos até a inclusão de elementos como novos tipos de democracia ou design de produtos para consumidores de baixa renda. Para esse precursor, a definição mais útil é a da Young Foundation, que descreve a área como voltada a inovações que “são sociais tanto em seus fins quanto em seus meios” (Murray; Caulier-Grice; Mulgan, 2010, p. 03). Essa definição também é adotada pela Comissão Europeia, que acrescenta que tais atividades “criam novas relações ou cooperações sociais entre organizações públicas, organizações da sociedade civil ou organizações privadas, beneficiando assim a sociedade e dando um novo impulso ao seu potencial de ação” (Comissão Europeia, 2021).

A pesquisadora Julie Cloutier (2003) apresenta o conceito de inovação social como um processo coletivo de transformação das relações sociais, políticas e econômicas, que emerge como resposta a falhas estruturais do mercado e do Estado, visando à justiça social e à sustentabilidade. Em uma perspectiva estrutural, Heiscala (2007, p. 74) define inovação social como mudança nas estruturas culturais, normativas ou reguladoras da sociedade que amplia seus recursos de poder coletivo e melhora seu desempenho econômico e social, incorporando a noção de melhoria da qualidade ou quantidade de vida (Centro de Inovação Social, 2008 apud Pol e Ville, 2009).

Na mesma linha, Mulgan (2007, p. 8) define inovação social como "novas ideias que funcionam para atender objetivos sociais". Ampliando o conceito em parceria com outros autores, trata-se de “novas ideias (produtos, serviços e modelos) que simultaneamente atendem às necessidades sociais e criam novos relacionamentos ou colaborações sociais” (Murray; Caulier-Grice; Mulgan, 2010, p. 10). Ainda nessa perspectiva de ação coletiva, Benneworth e Cunha (2015, p. 512) definem inovação social como uma prática socialmente inovadora que proporciona resultados socialmente justos ao desenvolver novas soluções em comunidades de aprendizagem que ampliam fronteiras, criam valor social, formam redes colaborativas e desafiam as instituições sociais.

Ao analisar a evolução conceitual da inovação social, Ayob, Teasdale e Fagan (2016) estabelecem uma cronologia apresentada no Quadro 01.

QUADRO 01: Cronologia conceitual da inovação social

Período	Aspectos conceituais	Principais autores
1989/1993	Surgimento acidental do conceito que não é utilizado com precisão, havendo pouco consenso sobre o conceito.	Henderson (1993)- relações sociais em grupos comunitários Kraan (1991) IS como mudança sociopolítica Westely (1991) IS no setor musical em combate a fome- Live aid Bunker e Alban (1992) prática organizacional
1994/1998	Relações sociais *versus* inovação tecnológica – o impacto social da inovação tecnológica foi rotulado como inovação social	Aichholzer (1998)- conceito de forma analítica via análise de teletrabalho. Sabel (1996) estudou a redução do desemprego na Irlanda com a atuação de empresas, sociedade civil e autoridades locais. Gershuny (1983) e Smeds eta al (1994) analisaram o impacto da inovação tecnológica na autonomia das mulheres (ex. aspitador de pó)
1999/2003	Primeiros sinais do conceito em processo de contestação. Há um tratamento mais normativo do conceito.	Waddel (1999) aprendizado ocorre por meio de relações entre empresas, governos e organizações sem fins lucrativos Munnford (2002) definiu a inovação social como novas ideias de como as pessoas se organizam socialmente para atingir objetivos comuns. Hazel e Onaga (2003) associaram a inovação social à cocriação de ideias, a partir da psicologia.
2004/2008	Competição progressiva na conceituação, desafiando as relações de poder existentes ou criando valor social utilitário?	Phills *et al.* (2008) abordaram a IS a partir da perspectiva da escola de negócios: solução para um problema social de forma eficaz, eficiente e sustentável ou justa (perspectiva mais utilitarista). Mulgan (2006; 2007) ênfase no valor social: atividades e serviços inovadores motivados para o atendimento de necessidades sociais. Moulaert *et al.* (2005; 2007) esboçaram conceito mais radical, que levasse a maior inclusão e justiça social por meio de mudança nas relações sociais. Tapsell e Woods (2008) utilizaram uma perspectiva Shumpteriana considerando a IS como um processo de mudança dinâmica. Jegou e Manzini (2008), Wheatley e Frieze (2006), Drewe *et al.* (2008), Leadbeater (2007), Regalia (2006), Manzini (2007), Morelli 920027), Pot e Vass (2008) e Marcy e Mumford (2007) enfatizam o poder das redes para gerar mudanças sociais e fornecer soluções para problemas.
2009/2013	Aparente descontestação da Inovação social: convergência de abordagens que combinam relações sociais e impactos sociais.	Brown e Wyatt (2010) vinculou o conceito de design thinking a Inovação Social. Propõem uma perspectiva de que problemas sistêmicos exigem soluções sistêmicas. Murray *et al.* (2010) inovações sociais como novas ideias (produtos, serviços e modelos) que atendem necessidades socias e criam novas relações. Pol e Ville (2009) consideram que será inovação social se a nova ideia for capaz de melhorar tanto a qualidade como a quantidade de vida.

2009/2013		Goldsmith *et al.*(2010); Murray *et al.*(2010);Elis (2010): foco na colaboração entre governo, empresas sociais e organizações do terceiro setor. Grupo de sociólogos: MacCallum *et al.*(2009) Moulaert *et al.*(2009;2010); Antadze e Westley (2010) enfoque mais radical de mudança e reestruturação social, com empoderamento das pessoas.

Fonte: elaborado pelas autoras adaptado de Ayob, Teasdale e Fagan (2016)

Como se buscou demonstrar, o conceito de inovação social consolidou-se a partir de um percurso marcado pela incorporação de múltiplas perspectivas, o que também ampliou os elementos considerados em sua análise. Diante disso, impõe-se a necessidade de apresentar as diferentes dimensões, os modelos construídos e as abordagens metodológicas mobilizadas pelos principais estudiosos da área.

2.1 Pesquisa em IS e suas opções metodológicas

Uma primeira tradição de pesquisa concentra-se na sistematização do conhecimento acumulado, buscando identificar, classificar e analisar os modelos teóricos existentes. Esses estudos têm como principal contribuição o mapeamento do estado da arte e a proposição de critérios organizativos para o campo.

O estudo de Patias et al. (2017) insere-se nessa tradição ao realizar uma ampla revisão dos modelos de inovação social disponíveis na literatura. Partindo do questionamento sobre o que havia sido produzido na área até então, os autores selecionaram 43 artigos nas bases ISI Web of Knowledge (Web of Science) e Google Scholar, com recorte até 2014. Identificaram sete modelos de análise, que apresentam com foco nos aspectos metodológicos, sem aprofundar as variáveis analíticas de cada um.

Anteriormente, Cloutier (2003) já havia contribuído com essa abordagem ao buscar definir critérios claros para o reconhecimento de uma inovação social. Vinculada ao Centre de Recherche en Innovations Sociales (CRISES) da Universidade de Quebec em Montreal (UQAM), a autora desenvolveu seu estudo a partir de uma ampla revisão de literatura e análise de conteúdo, propondo critérios como caráter inovador, disposição para assumir riscos, impacto sobre políticas sociais, qualidade da parceria e participação dos beneficiários, atores e voluntários. Embora não mencione o número exato de artigos analisados, seu trabalho consolidou-se como referência precursora no campo.

2.2 Pesquisas baseadas em análise de casos múltiplos

Outra tradição metodologicamente relevante é aquela que constrói modelos a partir da análise empírica de múltiplos casos, buscando extrair regularidades e fases comuns aos processos de inovação social.

Nessa linha, o projeto Rede Quebequense em Inovação Social (Réseau Québécois en Innovation Sociale), desenvolvido entre 2005 e 2006 pela Universidade de Quebec em parceria com o CRISES e coordenado por Joanie Rollin e Valérie Vincent, resultou no Modelo do Processo de Inovação Social. O modelo foi construído a partir da análise de oito estudos de caso selecionados pela equipe, entre eles: a formação de uma cooperativa solidária de serviços sociais, um projeto de auxílio a escolas em áreas remotas, a criação de um conselho para prevenção do abandono escolar e o desenvolvimento de uma empresa socialmente responsável. A partir desses casos, as autoras identificaram quatro fases do processo: emergência,

experimentação, apropriação e difusão/alianças, e destacaram os atores sociais como protagonistas centrais da dinâmica, movidos por valores como solidariedade e cooperação.

Também baseado em análise de casos múltiplos, o modelo de Buckland e Murillo (2013), desenvolvido na Escola Superior de Administração e Direção de Empresas (ESADE), em Barcelona, partiu da análise de dez inovações sociais para definir cinco variáveis analíticas: impacto e transformação social, colaboração intersetorial, sustentabilidade econômica e viabilidade a longo prazo, tipo de inovação, e escalabilidade e replicabilidade. Os autores identificaram ainda os principais atores envolvidos, investidores, fundações, organizações, centros acadêmicos e governos, e aplicaram posteriormente o modelo em quatro estudos de caso intencionalmente selecionados (Avazz, Behaviour Insights Team, Banc deis aliments de Barcelona e Redes de intercâmbio de Barcelona) por representarem diversidade de alcance, setor, enfoque e fase de inovação social.

2.3 Estudos teórico-conceituais com base em ensaios e revisão crítica

Uma terceira vertente caracteriza-se pela construção teórica fundamentada em diálogo crítico com a produção existente, resultando em frameworks conceituais que buscam preencher lacunas identificadas na literatura.

Geoff Mulgan — um dos acadêmicos mais citados na área, fundador da Young Foundation e professor na University College London (UCL) — desenvolveu, em parceria com Murray e Caulier-Grice (2010), o modelo do ciclo da inovação social, publicado com o NESTA (National Endowment for Science, Technology and the Arts). O modelo propõe seis estágios — diagnóstico/demanda, propostas, protótipo, manutenção, escala e mudança sistêmica — e reconhece que esses estágios nem sempre ocorrem de forma sequencial, operando antes como múltiplas espirais com ciclos de feedback. Desenvolvido a partir da contribuição de centenas de organizações geograficamente dispersas, o modelo consolidou-se como importante referência analítica.

No mesmo ano, Jorge Cunha (Universidade do Minho, Portugal) e Paul Benneworth (Universidade de Twente, Holanda) propuseram um framework conceitual com um objetivo específico: compreender como as universidades podem contribuir para os processos de inovação social, equilibrando a discussão sobre o papel social das instituições de ensino superior. O modelo foi construído a partir de um ensaio teórico que dialogou com processos propostos por Mulgan (2006), Westley et al. (2006) e Neumeier (2012). Os autores propuseram um processo não linear composto por sete etapas: geração de ideias, criação de espaço protegido, demonstração, decisão de expandir, coalizão de apoio, codificação e difusão. Destacaram, também, a existência de dois loops principais: o de criação (geração, implementação e demonstração) e o de escalonamento (expansão, coalizão e codificação/difusão).

2.4 Projetos de larga escala com financiamento europeu

Uma tradição mais recente e de grande impacto no campo é aquela representada pelos projetos de pesquisa financiados pela União Europeia, que combinam abordagens multidisciplinares, escalas amplas de coleta de dados e esforços de teorização de médio alcance.

A Teoria da Inovação Social Transformadora (TSI), articulada ao projeto TRANSIT e desenvolvida por Haxeltine et al. (2013), buscou ampliar o escopo dos debates ao abordar a relação entre inovação social e mudança sistêmica. Partindo do questionamento sobre como a

inovação social pode ser analisada em relação aos grandes desafios sociais, a proposta focou em transformações que direcionassem sociedades para caminhos mais inclusivos, resilientes e sustentáveis. O modelo foi desenvolvido de forma dinâmica e iterativa, baseando-se em teorias existentes e sendo testado por meio de meta-análise e interação contínua com inovadores sociais, formuladores de políticas e cientistas. A TSI classifica as inovações sociais em três categorias: de base, de nível mais amplo e sistêmicas, e incorpora aportes como a Perspectiva Multinível (MLP), que analisa a inovação como interação entre os níveis micro (nichos), meso (regimes) e macro (paisagem) (Haxeltine et al., 2013).

Outros projetos europeus complementaram essa abordagem. O TEPSIE (2012–2014) preparou o terreno para o desenvolvimento de ferramentas, métodos e políticas voltados à inovação social no âmbito da União Europeia. O SI-DRIVE (2014–2018) integrou teorias e metodologias para aprofundar a compreensão do campo, realizando um mapeamento global de mais de mil iniciativas de inovação social em cerca de 80 países e estabelecendo o Atlas da Inovação Social (Howaldt et al., 2018, 2019; Domanski e Kaletka, 2020).

2.5 Centros de pesquisa e a institucionalização do campo

Paralelamente às tradições metodológicas voltadas à construção de modelos, o campo da inovação social consolidou-se institucionalmente por meio de centros de pesquisa que combinam produção acadêmica, formação e articulação com políticas públicas.

O *Zentrum für soziale Innovationen* (ZSI), em Viena, fundado em 1990, é uma das primeiras organizações com foco explícito em inovação social, caracterizando-se por uma abordagem transdisciplinar que combina pesquisa, consultoria, coordenação de rede e educação. A *Young Foundation* (Londres, 2008) atua em parceria com governo, empresas e comunidades para enfrentar causas estruturais da desigualdade, participando de grandes projetos europeus como TEPSIE, TRANSIT e SI-DRIVE. A TU *Dortmund University*, por meio do *Sozialforschungsstelle* (SFS), dedica-se ao desenvolvimento de teorias e metodologias sobre inovação social como novas práticas sociais e seus processos de difusão.

No Canadá, o CRISES (1986) congrega cerca de sessenta pesquisadores de diversas disciplinas: antropologia, geografia, história, economia, sociologia, entre outras. Os pesquisadores atuam em três áreas complementares: território, qualidade de vida, e trabalho e emprego. Foi nesse contexto que se desenvolveram os trabalhos precursores de Cloutier (2003) e de Tardif e Harrisson (2005), estes últimos responsáveis por um estudo que analisou 49 textos organizados nos mesmos três eixos, propondo dimensões analíticas que incluem novidade, objetivo, processo, relações entre atores e restrições ao desenvolvimento da inovação. O *Waterloo Institute for Social Innovation and Resilience* (WISIR) investiga transformações em sistemas complexos, inovações indígenas e novas abordagens teóricas e metodológicas.

Nos Estados Unidos, a Universidade de Stanford abriga o Centro de Inovação Social (1999), voltado à pesquisa, educação e alcance comunitário, e o *Stanford Center on Philanthropy and Civil Society* (Stanford PACS), conhecido pela *Stanford Social Innovation Review* (SSIR). Na Europa, o *Dutch Research Institute for Transitions* (DRIFT), da Erasmus *University Rotterdam*, é referência em transições sustentáveis e gestão de transições, enquanto o SINNERGIAK, na Universidade do País Basco (2012), concentra-se na mensuração do impacto das inovações sociais.

Por fim, destaca-se a Escola Europeia de Inovação Social (ESSI), fundada em 2011 a partir da conferência *Challenge Social Innovation* e da Declaração de Viena, que criticou o paradigma tecnológico dominante na pesquisa sobre inovação e defendeu um conceito holístico

capaz de abarcar as transformações sociais necessárias à transição para uma sociedade baseada no conhecimento e serviços.

A organização das tradições de pesquisa aqui apresentadas evidencia a diversidade de abordagens metodológicas que configuram o campo da inovação social.

Essa diversidade, no entanto, não está isenta de lacunas e desafios metodológicos. A próxima seção dedica-se a examinar as reflexões apresentadas pelos próprios pesquisadores sobre os limites das abordagens até aqui desenvolvidas, indicando caminhos para a renovação metodológica do campo.

3. Lacunas identificadas: a questão da agência e da análise processual

A obra organizada por Nicholls, Simon e Gabriel (2015) buscou trazer luz ao vácuo epistemológico nos estudos de inovação social (IS), destacando-se o prefácio de Mulgan e o artigo de Howaldt, Kopp e Schwarz sobre a contribuição de Tarde.

Mulgan (2015) diagnostica que a teoria está aquém da prática e propõe uma "ciência social projetada para a ação", defendendo uma 'Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) social' nos moldes da inovação tecnológica. Epistemologicamente, conecta-se ao pragmatismo de Dewey e James, para quem ideias são ferramentas criadas para lidar com o mundo. Alperstedt e Andion (2021) também seguem essa linha. Contudo, a abordagem pragmática arrisca tratar atores como meros "executores", negligenciando as interfaces sociais onde a inovação acontece. É aí que a perspectiva orientada ao ator de Long (2001) se revela fundamental, lembrando que atores possuem conhecimento próprio e exercem poder nas negociações cotidianas.

Howaldt, Kopp e Schwarz (2015) recorrem a Tarde para compreender a mudança social "de baixo para cima". Tarde contribui para uma microfundamentação da sociologia da inovação, situando a inovação como performance coletiva que exige interação entre muitos atores. No entanto, sua noção de "imitação" carrega certo mecanicismo. A POA, de Long (2001), oferece contraponto: atores não são meros imitadores, mas agentes que interpretam, negociam e transformam práticas em arenas marcadas por poder.

Por sua vez, Howaldt e Schwarz (2021) identificam que a perspectiva Tardiana pode incorrer em "ator-centrismo individualista", negligenciando práticas sociais e arranjos materiais. Propõem, então, que a inovação social seja concebida como recombinação intencional de práticas sociais, atribuível a atores em contextos específicos (Howaldt; Schwarz, 2010 apud Howaldt; Schwarz, 2021, p. 48). A agência é mantida, mas mediada pela prática social.

Os estudos de IS enfrentam, assim, um duplo desafio: incorporar a agência sem recair no individualismo empreendedor, e incorporar a processualidade como dimensão analítica. A POA, em sintonia com Howaldt e Schwarz (2021), reconhece a agência como fenômeno situado, mas busca identificar quem age, com que recursos, e como ações produzem reconfigurações em práticas estabelecidas.

Mulgan et al. (2010) oferecem um ciclo de vida útil, mas, segundo Howaldt e Schwarz (2021), tendem a tratar o inovador como figura central sem explicar a emergência de novas práticas. As abordagens examinadas, o pragmatismo de Mulgan (2015) e a sociologia tardiana, deixam uma lacuna: a necessidade de uma lente que articule análise processual com agência concreta.

Conforme Agostini et al. (2017), a inovação social transformadora exige ir além das abordagens tradicionais, mobilizando perspectivas como poder, teoria da estruturação e empreendedorismo institucional. A preocupação com atores, porém, não é nova: Cloutier

(2003) já destacava a diversidade de atores e a cooperação como condições essenciais, vendo a inovação como processo de aprendizagem.

Essas preocupações fundamentam a POA, assim, a próxima seção explora seus fundamentos epistemológicos e sua potencialidade para os estudos de inovação social.

4. Fundamentos epistemológicos e teóricos da Perspectiva Orientada ao Ator

A Perspectiva Orientada ao Ator (POA) assenta-se em pressupostos ontológicos que contestam as tradições teóricas que naturalizam estruturas sociais ou reduzem a ação humana a mero reflexo de determinações externas. Long (2007) propõe uma ontologia relacional e processual, na qual a realidade social é compreendida como resultado contínuo das interações entre atores que, dotados de agência, interpretam, negociam e transformam as circunstâncias em que se encontram. Essa ontologia rejeita a separação entre níveis micro e macro, tratando-os como analiticamente entrelaçados nas práticas sociais cotidianas. Epistemologicamente, a POA assume uma postura construcionista: o conhecimento é concebido como socialmente construído, localizado e marcado por relações de poder e interesses (ARCE; LONG, 1994). Long (1999) enfatiza que o conhecimento é multi-camadas, fragmentário e difuso, não podendo ser reduzido a sistemas coerentes ou hierarquias lineares. Essa perspectiva epistemológica implica uma metodologia atenta às formas como os atores produzem, mobilizam e transformam conhecimentos em contextos específicos, conferindo centralidade à análise etnográfica das interfaces sociais.

O interesse nos atores sociais, segundo Long (2007), parte da ideia de que toda forma de intervenção externa se introduz nos modos de vida dos grupos sociais afetados, sendo mediada e transformada por esses atores e suas estruturas. O enfoque orientado ao ator parte da constatação de que as mesmas circunstâncias estruturais podem desenvolver formas sociais diferentes, diferenças essas oriundas das variadas maneiras como os atores lidam cognitiva, organizacional e emocionalmente com as situações que se apresentam. A compreensão desses diferentes padrões de reação e comportamento fundamenta-se na concepção que enfatiza os "sujeitos ativos que conhecem e sentem" (KNORR-CETINA, 1981 apud LONG, 2007, p. 56), vinculando-se à epistemologia da prática e aos processos empíricos de construção do conhecimento pautados pelo ensaio e erro.

A POA considera os mundos de vida (lifeworlds) como produtos de processos constantes de reordenamento e reavaliação de relações e experiências por parte das pessoas, incluindo ações, interações e significados identificados com espaços sociodemográficos específicos e com histórias de vida. Os modos de vida (livelihoods), por sua vez, consistem nas práticas por meio das quais as pessoas provêm seu sustento econômico, suas necessidades de consumo e manejam suas incertezas e adversidades, além de cumprirem obrigações sociais e protegerem estilos de vida e identificações culturais (LONG, 2007).

Os domínios sociais são caracterizados pelas regras, normas e valores centrais para o processo de ordenamento social e para o estabelecimento de regras pragmáticas de governança. Envolvem as fronteiras sociais e simbólicas definidas e sustentadas por meio das experiências compartilhadas e da luta dos atores, produzindo-se e transformando-se através delas nas arenas, espaços (momentos) de encontro onde ocorrem as disputas por recursos, demandas, valores, assuntos, significados e representações.

O discurso na POA, segundo Long (2007), é chave para desvelar os mundos de vida, uma vez que engloba o conjunto de significados, metáforas, representações, imagens, narrativas e enunciados que promovem uma versão particular "da verdade" sobre eventos, objetos ou

pessoas. Os discursos produzem textos escritos ou não, verbais ou não verbais, com significados transmitidos nos espaços físicos ou mesmo nas formas de vestir.

4.1 Interfaces e conhecimento: uma perspectiva construcionista

A POA tem raízes no construcionismo social, para o qual os atores sociais, seus valores e entendimentos são elementos fundamentais na construção do conhecimento. Arce e Long (1994) salientam que a POA se pauta no entendimento de que o conhecimento é desenhado e construído diariamente nas contingências e forças que constituem a vida social, recusando a distinção entre tipos de conhecimento.

A noção de interface é central. Long (2007) define interfaces como pontos críticos de interseção entre diferentes campos sociais ou domínios das práticas dos atores, onde descontinuidades baseadas em diferentes mundos de vida, valores e interesses sociais são mais prováveis de serem encontradas (LONG, 2007, p. 327). A observação dessas interfaces possibilita evidenciar continuidades e descontinuidades em construção pelos atores, revelando o caráter dinâmico e emergente das lutas e interações, bem como a forma como objetivos, percepções, valores, interesses e relacionamentos são reforçados ou reformulados (ARCE; LONG, 1992). Os autores alertam, contudo, que essas interfaces não podem ser estudadas com base em categorias pré-determinadas, mas devem ser identificadas etnograficamente.

A POA incide sobre a interação de diferentes construções sociais da realidade desenvolvidas pelas diversas partes da interface, traçando suas implicações sociais. Contribui, assim, para a análise da produção, divulgação, utilização e transformação do conhecimento. A transformação do conhecimento consiste no processo pelo qual indivíduos ou grupos mudam e adaptam seus conhecimentos continuamente em resposta a intenções, oportunidades e circunstâncias cambiantes (ENGEL apud LONG, 2007, p. 335). Nesse sentido, a análise não se reduz ao processo de adoção e apropriação de novas tecnologias, mas considera como os atores combinam diferentes domínios sociais baseados em instituições familiares, comunitárias, de mercado e governamentais (LONG, 2007).

Para a POA, a situação de intervenção implica a interação ou confronto entre o expert e o leigo, onde subjazem formas de conhecimentos, crenças e valores, bem como lutas sobre sua legitimação, segregação e comunicação. Long (1999) enfatiza que o conhecimento é multi-camadas, fragmentário e difuso, em vez de unitário e sistematizado, podendo haver múltiplos quadros de significados. Assim, diferentes atores podem compartilhar as mesmas prioridades e parâmetros de conhecimento, mas também podem existir, no interior de comunidades "epistêmicas", diferentes repertórios de conhecimento e aplicação. Berger e Luckmann (2011, p. 114) tratam de "subuniversos" de significação, a partir dos quais emerge uma multiplicidade de perspectivas sobre a sociedade total.

4.2 Interface, poder e discurso

Long (1999) alerta que os estudos de interface não devem limitar-se a observar o que ocorre nos encontros face a face, pois essas interações são afetadas por atores, marcos institucionais e culturais e por recursos que podem estar fisicamente ausentes. A interface consiste em uma entidade organizada de relações interligadas e intencionalidades, resultando da interação contínua que estimula o desenvolvimento de limites e expectativas compartilhadas. Os atores assumem papéis nessas interfaces, assim como em outras esferas da vida cotidiana.

A realidade da vida cotidiana contém esquemas tipificadores em termos dos quais os outros são aprendidos, estabelecendo modos de "lidar" com eles nos encontros face a face (Berger; Luckmann, 2011, p. 48). Em virtude dos papéis, o indivíduo é introduzido em áreas específicas do conhecimento socialmente objetivado, não apenas no sentido cognoscitivo, mas também no “conhecimento” de normas, valores e emoções que definem como ele deve agir, reagir e sentir.

As interfaces caracterizam-se como locais de incompatibilidades, conflito e negociação. Embora pressuponham algum grau de interesse comum, também geram conflitos devido a interesses contraditórios ou relações de poder desiguais. As negociações, por vezes, são realizadas por indivíduos que representam interesses específicos de grupos ou organizações, não necessariamente a coletividade. Long (1999) adverte que é importante não prejulgar ao analisar as fontes e dinâmicas de contradição e ambivalência em situações de interface.

A interface envolve também o choque de paradigmas culturais, fornecendo meios pelos quais indivíduos ou grupos passam a definir suas próprias posições culturais ou ideológicas frente àqueles que apoiam pontos de vista opostos. Essas diferenças refletem padrões diferenciados de socialização e profissionalização, podendo resultar em falta de comunicação ou choque de racionalidades. A interface identifica a natureza das contestações — explícitas ou implícitas — sobre o domínio e a legitimidade de determinados paradigmas socioculturais ou representações da modernidade (LONG, 1999).

O poder na interface deve ser considerado como resultado de lutas sobre significados e relações estratégicas. Tais lutas desvelam-se na medida em que atores específicos se percebem capazes de manobrar situações específicas, desenvolvendo estratégias eficazes para fazê-lo. Implica, portanto, um grau de poder manifestado na possibilidade de exercer controle, autoridade, prerrogativa e capacidade de ação.

A análise de interface permite compreender como discursos “dominantes” são endossados, transformados ou contestados. Discursos dominantes são caracteristicamente repletos de reificações e servem para promover pontos de vista particulares, políticos, culturais ou morais, sendo frequentemente mobilizados em lutas em torno de significados sociais e recursos estratégicos. As práticas discursivas e competências desenvolvidas nas circunstâncias da vida social cotidiana permitem identificar os pontos críticos de descontinuidade entre modos de vida dos atores (LONG, 1999).

5. Considerações finais e estudos futuros

Este artigo partiu de um diagnóstico inicial: os estudos de inovação social, embora tenham avançado significativamente nas últimas décadas, ainda carecem de arcabouços teórico-metodológicos que permitam analisar de forma consistente o papel da agência nos processos de mudança social. Como demonstrado ao longo do texto, as abordagens predominantes oscilam entre um ator-centrismo individualista, que reduz a inovação ao empreendedor heroico, e um estruturalismo determinista que trata a inovação como efeito automático de contextos externos ou de dinâmicas sistêmicas impessoais.

Buscando superar essa polarização, propusemos a Perspectiva Orientada ao Ator (POA) como lente teórico-metodológica para os estudos de inovação social. Inspirada no diálogo entre a teoria da prática (Howaldt & Schwarz, 2021), a microfundamentação tardiana (Howaldt, Kopp & Schwarz, 2014; 2015) e a abordagem sociológica de Norman Long (1992; 2001), a POA oferece um conjunto de princípios analíticos que permitem: reconhecer a agência como fenômeno situado, isto é, não como propriedade intrínseca de indivíduos ou grupos, mas como

capacidade que emerge da participação em práticas sociais e se manifesta na reconfiguração de relações, recursos e discursos; analisar processualmente as inovações sociais, acompanhando sua emergência, difusão, institucionalização ou desaparecimento ao longo do tempo; mapear arenas e interfaces, identificando os múltiplos atores envolvidos, suas representações, interesses, estratégias e as relações de poder que configuram os campos de ação social; e valorizar as múltiplas realidades, reconhecendo que diferentes atores experimentam e interpretam os mesmos processos de inovação de maneiras distintas, gerando descontinuidades que precisam ser reatadas continuamente (Arce, 2003).

Diante disso, indicamos as seguintes direções para pesquisas futuras: a operacionalização empírica da POA, com o desenvolvimento e teste de protocolos metodológicos que permitam a identificação sistemática de atores, o mapeamento de suas interfaces, a análise de suas estratégias de agência e a identificação de momentos críticos em que ações particulares geram diferenças significativas no curso dos processos de inovação social; estudos longitudinais que acompanhem ao longo do tempo as trajetórias de projetos, observando como as capacidades de agência se transformam e como as inovações sociais emergem, se institucionalizam ou fracassam; a análise comparativa, aplicando a POA a diferentes campos empíricos (como economia solidária, habitação de interesse social e saúde comunitária) para identificar regularidades e especificidades nos processos de inovação social orientada ao ator; e a articulação com outras abordagens, aprofundando o diálogo entre a POA e perspectivas complementares, como a teoria da prática e a abordagem das capacitações, de modo a enriquecer o arcabouço analítico sem perder de vista a centralidade da agência. Em síntese, a Perspectiva Orientada ao Ator não pretende substituir as abordagens existentes nos estudos de inovação social, mas oferecer uma lente complementar que, ao focalizar a agência situada, a processualidade e a multiplicidade de realidades, permite enxergar dimensões frequentemente obscurecidas por perspectivas excessivamente estruturalistas ou individualistas. Que esta contribuição possa inspirar novas pesquisas e, sobretudo, novas práticas de inovação social que reconheçam e potencializem a capacidade dos atores sociais de fazerem diferença em seus próprios mundos.

Referências

ALPERSTEDT, G. D.; ANDION, C. Social innovation ecosystems: a literature review and insights for a research agenda. In: HOWALDT, J.; KALETKA, C.; SCHRÖDER, A. (ed.). **A Research Agenda for Social Innovation**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2021. p. 149-167.

AGOSTINI, M. R. et al. Social innovation and social entrepreneurship: an analysis of scientific production from 1990 to 2015. **Brazilian Business Review**, Vitória, v. 14, n. 4, p. 385-402, jul./ago. 2017. DOI 10.15728/bbr.2017.14.4.2. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bbr/a/nxCGRwY5RWnLxkHNm3CXKtK/?format=pdf&lang=en. Acesso em: 13 mar. 2026.

ARCE, A. Re-approaching social development: a field of action between social life and policy processes. **Journal of International Development**, London, v. 15, n. 7, p. 845-861, 2003.

ARCE, A.; LONG, N. The dynamics of knowledge: interfaces between bureaucrats and peasants. In: LONG, N.; LONG, A. (ed.). **Battlefields of knowledge**: the interlocking of theory and practice in social research and development. London; New York: Routledge, 1992. p. 211-246.

ARCE, A.; LONG, N. Re-positioning knowledge in the study of rural development. In: SYMES, D.; JANSEN, A. J. (ed.). **Agricultural restructuring and rural change in Europe**. Wageningen: Agricultural University Wageningen, 1994. p. 75-86.

AYOB, N.; TEASDALE, S.; FAGAN, K. How social innovation 'came to be': tracing the evolution of a contested concept. **Journal of Social Policy**, v. 45, n. 4, p. 635-653, 2016.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BUCKLAND, H.; MURILLO, D. **Antena de innovación social**: vías hacia el cambio sistémico: ejemplos y variables para la innovación social. Barcelona: ESADE. Instituto de Innovación Social, 2013. Disponível em: https://www.yumpu.com/es/document/read/14119778/antena-de-innovacion-social-vias-hacia-el-cambio-esade/84. Acesso em: 29 mar. 2025.

CUNHA, J.; BENNEWORTH, P. Universities' contributions to social innovation: towards a theoretical framework. In: EUROPEAN URBAN RESEARCH ASSOCIATION (EURA) CONFERENCE, 2013, Enschede. **Anais** […] Enschede: University of Twente, 2013.

DOMANSKI, D.; KALETKA, C. La investigación en Innovación Social en la Unión Europea y la experiencia de la TU Dortmund University – sfs. Dortmund: Sozialforschungsstelle, 2016. (Relatório técnico).

DOMANSKI, D.; KALETKA, C. **Exploring the research landscape of social innovation**: a deliverable of the project Social Innovation Community (SIC). Dortmund: Sozialforschungsstelle, 2020.

EUROPEAN COMMISSION. **Social innovation research in the European Union**: approaches, findings and future directions. Bruxelas: Publications Office of the European Union, 2013. Disponível em: https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/86b50f05-2b71-47d3-8db3-4110002b0ccb. Acesso em: 24 out. 2025.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GODIN, B. Social innovation: utopias of innovation from c.1830 to the present. **Working Paper**, Montréal, n. 11, 2012.

HART, T. G. B. et al. Revealing the social face of innovation. **South African Journal of Science**, Pretoria, v. 111, n. 9/10, p. 1-6, 2015. DOI: 10.17159/sajs.2015/20140126.

HAXELTINE, A. et al. Transformative social innovation: a sustainability transitions perspective on social innovation. In: NESTA CONFERENCE SOCIAL FRONTIERS: THE NEXT EDGE OF SOCIAL SCIENCE RESEARCH, 2013, London. **Proceedings** […] London: NESTA, 2013.

HEISCALA, R. Social innovations: structural and power perspectives. In: HAMALAINEN, T. J.; HEISKALA, R. (ed.). **Social innovations, institutional change and economic performance**. Cheltenham: Edward Elgar, 2007. p. 52-79.

HOWALDT, J.; DOMANSKI, D.; KALETKA, C. Social innovation: towards a new innovation paradigm. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 17, n. 6, p. 20-44, nov./dez. 2016. Edição especial.

HOWALDT, J.; KOPP, R.; SCHWARZ, M. Social innovations as drivers of social change: exploring Tarde's contribution to social innovation theory building. In: NICHOLLS, A.; SIMON, J.; GABRIEL, M. (ed.). **New frontiers in social innovation research**. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2015. p. 29-52.

HOWALDT, J.; KALETKA, C.; SCHRÖDER, A. (ed.). **A research agenda for social innovation**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2021.

LONG, N. The multiple optic of interface analysis. **Background Paper on Interface Analysis**. Paris: UNESCO, oct. 1999.
LONG, N. **Sociología del desarrollo**: una perspectiva centrada en el actor. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropologia Social; El Colegio de San Luis, 2007.
LONG, N.; LONG, A. (ed.). **Battlefields of knowledge**: the interlocking of theory and practice in social research and development. London; New York: Routledge, 1992.
MARTINS, T. et al. Diving into social innovation: a bibliometric analysis. **Administrative Sciences**, Basel, v. 12, n. 2, p. 56, 2022. DOI: 10.3390/admsci12020056.
MULGAN, G. Foreword: the study of social innovation – theory, practice and progress. In: NICHOLLS, A.; SIMON, J.; GABRIEL, M. (ed.). **New frontiers in social innovation research**. Londres: Palgrave Macmillan, 2015. p. 1-5. Disponível em: https://link.springer.com/book/10.1057/9781137506801. Acesso em: 2 mar. 2026.
MULGAN, G.; TUCKER, S.; SANDERS, B. **Social innovation**: what it is, why it matters and how it can be accelerated. London: The Young Foundation, 2007. Disponível em: http://youngfoundation.org/wp-content/uploads/2012/10/Social-Innovation-what-it-is-why-it-matters-how-it-can-be-accelerated-March-2007.pdf. Acesso em: 24 mar. 2025.
MURRAY, R.; CAULIER-GRICE, J.; MULGAN, G. **The open book of social innovation**. London: NESTA; Young Foundation, 2010. Disponível em: https://youngfoundation.org/wp-content/uploads/2012/10/The-Open-Book-of-Social-Innovationg.pdf. Acesso em: 24 mar. 2025.
NICHOLLS, A.; SIMON, J.; GABRIEL, M. (ed.). **New frontiers in social innovation research**. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2015. E-book. Disponível em: https://link.springer.com/book/10.1057/9781137506801. Acesso em: 13 mar. 2026.
PATIAS, T. Z. et al. Modelos de análise da inovação social: o que temos até agora? **Revista Brasileira de Gestão e Inovação**, v. 4, n. 2, p. 125-147, 2017.
POL, E.; VILLE, S. Social innovation: buzz word or enduring term? **The Journal of Socio-Economics**, v. 38, n. 6, p. 878-885, 2009.
ROLLIN, J.; VINCENT, V. **Acteurs et processus d'innovation sociale au Québec**. Québec: Université du Québec, 2007.
TARDIF, C.; HARRISON, D. Complémentarité, convergence et transversalité: la conceptualisation de l'innovation sociale au CRISES. **Cahiers du CRISES**, Québec, 2005.